

NEOLIBERALISMO OU AUSÊNCIA DE PROJETO? — O GOVERNO COLLOR E A IMPOTÊNCIA DA CÓPIA

*Pedro Cezar Dutra Fonseca**

*"Se desmorono ou se edifico
Se permaneço ou me desfaço,
— não sei, não sei. Não sei
se fico ou passo."*

Cecília Meireles

Existiu História, mas não existe mais. Essa é a crença de Francis Fukuyama, a qual repousa fundamentalmente em prognoses vinculadas ao fim dos conflitos ideológicos e/ou pragmáticos entre homens e mesmo entre nações, devido ao fracasso das experiências do "socialismo real". A humanidade, a partir de agora, conheceria apenas um rumo, do ponto de vista econômico: a soberania absoluta do mercado sobre as instituições sócio-políticas, o que, a rigor, implica a substituição da política pela administração. Não havendo razão para escolha ou opção, pelos homens, de fins e meios — pois estes são dados, já que o futuro é conhecido —, haveria apenas liberdade para escolha de instrumentos, cujo único critério plausível seria a eficiência, para atingir os mesmos objetivos universais.

A tese de Fukuyama pretende ser o sustentáculo antropológico-histórico do "neoliberalismo". Mas, mesmo em célere análise, torna-se viável que sua noção de liberdade se associa ao fim da possibilidade de o homem construir sua história: ao cingir o alcance da ação e da vontade, o "neoliberalismo" transforma-se em fatalismo, e a liberdade por ele apregoada nada difere de uma prisão. Houve História, mas não há mais: somos impotentes diante do preestabelecido. O pretenso positi-

* Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.

vismo do autor, ao decretar o fim das ideologias, não passa de uma teologia vetusta, hoje abandonada pelos próprios teólogos.

A História, não obstante, recria-se e adquire novas formas após seu atestado de morte. Os conflitos do Oriente Médio demonstram que a polaridade da Guerra Fria, a qual norteia o trabalho de Fukuyama, não dá conta da complexidade das transformações do mundo atual. A história das nações que compõem a União Soviética adquire vitalidade surpreendente, os sociais-democratas emergem novamente no cenário político europeu, e a Alemanha, com mais de cinco milhões de desempregados, assiste galgarem novas dimensões a xenofobia e o neonazismo, justamente com a proliferação do "slogan" "Tragam meu muro de volta".

Atualmente, no Brasil, discute-se, sob escopos vários, o que se convencionou denominar "proposta neoliberal". Pretendo aqui abordar um dos aspectos que a questão envolve: a relação entre neoliberalismo e Governo Collor, principalmente tendo por base as propostas de política econômica consubstanciadas nos Planos Collor I e II, bem como no Projeto de Reconstrução Nacional, o "Projeto". Meu intuito é apontar os limites da relação Governo Collor/neoliberalismo. Sem negar eventuais influências do segundo sobre o primeiro, procurarei mostrar que estas são mais retóricas que norteadoras de ações consistentes: de meu ponto de vista, é prematuro falar-se de um projeto "neoliberal" bem delineado, encampado pelo Governo que tomou posse em 15 de março de 1990.

Evidentemente que, para certo tipo de crítico emocional e apaixonado do atual Governo Federal, minha proposta pode ser entendida, indo-se ao paroxismo, como uma eventual defesa deste ou crítica "simpática". Afinal, para estes, considerar o Governo Collor como "neoliberal" possui tons de acusação: o neoliberalismo significaria não só acelerar a desnacionalização (?) da economia brasileira, mas, principalmente, reforçar, e por mecanismos perversos, a concentração da renda e da riqueza e, portanto, a excludência econômica e social de largas parcelas da população. Para estes, entretanto, basta lembrar: (a) o Governo Collor pode fazer tudo isso sem adotar teses "neoliberais" — vejam-se outros exemplos históricos recentes no Brasil e na América Latina; (b) para elaborar qualquer crítica que se proponha séria e conseqüente, é necessário ter claro o que se está criticando, ou seja, a simplificação "o governo é neoliberal" mais atrapalha que colabora, em muitos casos, para clarear tal questão — apesar de seu irresistível apelo ideológico. Como se sabe, o poder de apelo emocional das ideologias está na razão direta de sua simplicidade; e (c) as críticas à política econômica do Governo independem de seu rótulo

"neoliberal" ou não; na verdade, advogaria inclusive ser mais problemática e perniciosa ao País a inexistência de projeto delineado de longo prazo, como é o caso que penso ser o Governo Collor, do que existir um projeto — por mais criticável que fosse.

O contexto internacional

Rápida recordação do que consistiu o neoliberalismo no Primeiro Mundo faz-se mister como antecedente da abordagem do caso brasileiro. Caso contrário, como já é tradição nas ciências sociais, poderíamos ser tentados a entendê-lo como **deformação**, ao deslocar-se do contexto onde se originou e ganhou expressão. Teríamos, mais uma vez, a problemática das idéias "fora do lugar", as quais viram farsa ao tomarem corpo em contexto diverso de onde foram erigidas.

Ora, os casos mais típicos do que se convencionou denominar "neoliberalismo" ocorreram na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente com Thatcher e Reagan. Ambos possuíam como características comuns restaurar a competitividade dos parques industriais de seus países, entendidos como prejudicados, devido, de um lado, à forte presença estatal na economia, no caso inglês, e, de outro, à ausência de abertura internacional, no caso norte-americano. Contra o avanço do Estado e a restauração da concorrência como pré-requisito à alocação eficiente são os postulados primeiros do "neoliberalismo". Além disso, converge nos dois países a tentativa de ambos os governos de intervir no mercado do trabalho para impedir as interferências sindicais na determinação da taxa de salários, bem como para frear e fazer recuar as conquistas sindicais vinculadas ao "Estado de bem-estar social". Os sindicatos e o Estado, assim, passaram a ser entendidos como fomentadores da ineficiência e inimigos da produtividade. Essa é a forma concreta específica que, encabeçadas por líderes carismáticos, cujo discurso não dispensou apelos nacionalistas, levou amplos segmentos das classes médias dos países ricos a identificarem perda de poder aquisitivo com elevação de impostos — fundamentais nas conquistas eleitorais.

Mas, enquanto na Inglaterra havia certamente o que privatizar e sindicatos fortes para serem enfrentados a ferro por uma Dama, nos Estados Unidos o Estado sempre foi menor que no caso inglês, e os sindicatos com força não comparável, ou pelo menos mais passíveis de "negociação pacífica", haja vista a força da social-democracia no Pós-Guerra na Inglaterra, expressa no Partido Trabalhista. A posição de

Thatcher sempre foi clara: afastado o comunismo ortodoxo do contexto inglês, restava fazer frente ao último resquício do marxismo e da "era keynesiana" no contexto europeu, a social-democracia. Diminuir impostos, se possível os progressivos, vender ações de estatais, limitar o poder dos sindicatos e enfrentar "o ócio dos trabalhadores altamente protegidos por leis" tinha certa razão de ser no contexto inglês, principalmente quando o discurso conservador convencia de que a decadência do Império Britânico se devia ao "estatismo" e ao trabalhismo do Pós-Guerra.

Já nos Estados Unidos, o contexto era diferente: a presença estatal na propriedade da economia sempre foi mais tênue; as tendências sociais-democratas dentro do Partido Democrata jamais foram hegemônicas; o liberalismo nunca deixou de ser a crença "senso comum" da nação, o que tornou o próprio keynesianismo nesse país moderadíssimo — o da Síntese Neoclássica —, de modo que Samuelson, seu expoente maior, não poderia, nem na maior diatribe do Mundo, ser taxado de "esquerdizante"... Não obstante, os Estados Unidos enfrentavam relativa estagnação econômica antes da "Era Reagan", com "deficits" estatais crescentes: o corte no orçamento "vis-à-vis" ao aumento de impostos tornou-se a pedra angular da controvérsia norte-americana, com a defesa do primeiro pelos neoliberais. Mais ainda: na questão "o que cortar", a opinião pública dividiu-se entre, basicamente, gastos de defesa "versus" de bem-estar social.

Reagan, nesse contexto, surgiu com uma proposta arrojada, fundindo o "neoliberalismo" com nacionalismo: os gastos de guerra não poderiam ser cortados devido à existência de um "Império do Mal" ainda não derrotado, o qual ameaçava os interesses norte-americanos em vários pontos do globo. Assim, o corte nos gastos de bem-estar justificava-se com razões de segurança nacional. Mas, a partir daí, a proposta seduzia: diminuir impostos e não os aumentar era a receita para sair da crise. Reduzindo-se os impostos dos ricos — asseverava-se —, estes ficariam mais felizes, restabelecer-se-ia seu "estado de confiança" e retomariam os investimentos. Com isso, cresceria a renda e, por decorrência, o montante de impostos arrecadados. Uma questão de elasticidade. Assim, a diminuição das alíquotas num período inicial não afetaria negativamente, mas positivamente, o total de tributos arrecadados nos períodos subseqüentes.

Tal teoria, bem arquitetada do ponto de vista formal, não logrou todos os efeitos esperados. A "Era Reagan", é bem verdade, sustentou taxas de crescimento superiores às desejadas por seus contendores, mas o "deficit" agravou-se, tanto o interno como o externo, a despeito do

violento corte dos gastos sociais e do liberalismo nas importações, o qual foi ineficaz para restaurar a competitividade da indústria norte-americana. O resultado da "Era Reagan" não é menos caótico do que a "herança democrata", a qual Reagan alegara ter recebido: as dívidas interna e externa elevaram-se, a economia tendeu a nova estagnação duradoura e os conflitos sociais exacerbaram-se a cada dia como consequência da degradação dos indicadores sociais.

Para completar o quadro visível de crise do "neoliberalismo" no Primeiro Mundo, basta lembrar que dois dos países que não o adotaram — Itália e Japão — despontam como as economias que mais se solidificaram nos anos 80. Nestas, de uma forma ou outra, o Estado geriu políticas de longo prazo, aliando-se ao mercado, e o movimento sindical acalmou-se com a conquista de certos ganhos de produtividade, sem a rígida política de "domesticação" da classe operária de Thatcher e Reagan. Por ironia, as taxas de lucro conseguem sustentar-se e até expandir-se num contexto oposto ao sonhado por seus defensores mais ardorosos. O fim melancólico de Thatcher — revolta popular contra a criação de novo imposto — pode não passar de uma piada de mau gosto da História...

A domesticação do mercado de trabalho

No Brasil, a despeito de algumas semelhanças formais, a história é outra. Destaca-se, em primeiro lugar, que o País não sai de uma era social-democrata ou "keynesiana": ao contrário, o legado do período anterior a Collor é de uma concentração de renda sem precedentes, com o meio sindical apenas engatinhando seus primeiros passos para conquistas efetivas, na maior parte das vezes obstadas pela política recessiva. Nesse contexto, uma das principais propostas do "neoliberalismo" — o enfrentamento aos sindicatos e às regalias do Estado de bem-estar —, apesar de todo o esforço verbal de seus defensores, não convence por falta absoluta de base real para lhe emprestar significado. Assim, por paradoxal que possa parecer ao cidadão bem informado do Primeiro Mundo, ao sul do Equador o discurso "neoliberal" convive com um futuro melhor para os "descamisados", algo típico do discurso social-democrata do início do século, mas respaldado por farta influência desse partido nos meios sindicais. A retórica "neoliberal" de Collor — se se insiste em assim denominá-la — vê-se obrigada a lançar mão de vago reformismo e até distributivismo, embora amplos segmentos das elites e das classes médias tenham claramente presente que não passará de "discurso político", com toda a conotação negativa que este possui após as frustrações da última década.

Não há dúvida de que as propostas de intervenção no mercado de trabalho existem: via de regra, dão-se no sentido de acabar com a indexação dos salários, a qual deve ser substituída pela livre negociação. Esta é possível por imaginar-se a fraqueza do movimento sindical para garantir aumentos significativos dos salários reais diante do ambiente recessivo — ao contrário dos contextos europeu e norte-americano, em que a livre negociação, pela força dos sindicatos, voltou-se contra o capital. Assim, enquanto nesses países a livre negociação levou a uma imperfeição de mercado — o peso "oligopólico" dos sindicatos, contra o qual se voltam os "neoliberais" —, no Brasil ela constitui um pré-requisito para a "modernidade".

É bem verdade que a indexação, em seus variados graus e formas, foi incapaz de manter salários reais no Brasil, nas últimas décadas — ao contrário, conviveu com sua queda violenta. Mas nem o meio sindical galgou o grau de consciência das experiências como as da Suécia, da Dinamarca e da Holanda, no sentido de negociar salários juntamente com preços, a fim de substituir os anseios corporativistas específicos de categorias de trabalhadores por propostas conjuntas para os assalariados como um todo, como o próprio empresariado, por razões óbvias, prefere aumentar salários e repassá-los aos preços. Com isso, a solução dos conflitos capital/trabalho de cada categoria dá-se às custas do conjunto da sociedade, ou seja, realimentando a inflação (cujas causas "primárias" não são objeto deste trabalho). É um típico "populismo empresarial", difícil de combater por qualquer governo, principalmente por ser respaldado pelo Judiciário.

Mas, caso se resumisse à desindexação, a proposta do atual governo para o mercado não seria de todo perversa — já que, por coerência, o fim à indexação em todos os mercados acabaria com índices diferentes para reajustes das diversas fontes de rendimentos, os quais, via de regra, são inferiores para rendimentos do trabalho quando comparados aos das diversas remunerações financeiras. Acabaria a existência de duas moedas, uma para os salários e outra para o capital, tão criticada pelos sindicalistas. Mais ainda: embora se possa objetar que a livre negociação prejudicaria as categorias menos organizadas, não há dúvida de que abriria oportunidade para que os sindicatos atuassem com maior vigor nas negociações salariais — e o "neoliberalismo" geraria o oposto de suas pretensões... A livre negociação nunca impediu as conquistas sociais no Primeiro Mundo, antes conviveu com elas. Não é à toa que apenas ideólogos neoliberais — acadêmicos ou intelectuais — a defendam e que encontre resistências intransponíveis no seio do empresariado, principalmente em suas lideranças, mais pragmáticas e geralmente restritas à visão de curto prazo. Estas têm preferido o simples repasse aos preços.

É importante ressaltar, para os propósitos deste trabalho, que a desindexação no mercado de trabalho é mais defendida nos meios acadêmicos, às vezes em alguns círculos empresariais isolados, que pela equipe econômica do Governo Collor. Dentro desta, convive sem constrangimento uma retórica pela livre negociação ("neoliberal") com práticas intervencionistas — e contencionistas — no mercado de trabalho, materializada nas leis salariais. Vale recordar que o Plano Collor I propunha prefixação dos salários, a qual foi abandonada, já em meados de abril de 1990, e substituída por outra fórmula de indexação, cuja proposta era trazer os salários para a média dos últimos 12 meses na data-base de cada categoria. Entre as duas, o Governo chegou a propor livre negociação, mas logo abandonada quando algumas categorias passaram a obter reajustes acima dos previstos. Nesse instante, a lei salarial passou a proibir a livre negociação: a recessão não domesticara o mercado de trabalho tanto quanto se esperava. A partir daí, proliferaram abonos compulsórios que convivem com a "trégua" do Plano Collor II. Que "neoliberalismo" é esse, sem tirar nem pôr, por sua semelhança à mesma indexação (e hesitações) vigente ao longo de todo o período militarista? E que recua da livre negociação tão logo algumas categorias mais fortes conseguem recompor seu pico real, com base na inflação passada?

O neoliberalismo retórico, em questões de mercado de trabalho, esbarra na ameaça de reajustes nominais de salários, em convivência com os empresários que os transferem aos preços — os quais, portanto, do ponto de vista da equipe econômica, jogam contra a política de estabilização. Assim, é preferível a indexação oficial — disciplinadora do mercado de trabalho — à indexação informal, desorganizada, fruto de milhares de acordos isolados de cada categoria e sancionados pelo Poder Judiciário, com a aquiescência do Legislativo. Um liberalismo, talvez, que preferencialmente abandonasse, por incômoda, a engenhosidade da construção de Montesquieu...

É preciso, portanto, ter claro: não se trata de neoliberalismo algum no mercado do trabalho, a não ser vagas declarações sempre negadas, no dia seguinte, por leis salariais extremamente rígidas. Não se pode confundir neoliberalismo com arrocho salarial puro e simples, decorrente de intervenções no mercado de trabalho (ver o artigo de Franco et alli, no **Indicadores Econômicos** anterior a este). Basta lembrar, no ápice dessa rigidez: (a) declarações recentes da equipe econômica no sentido de que empresários que concedessem aumentos seriam os últimos a obterem concessões para aumento de preços; (b) a possibilidade aberta ao TST, por seis meses, de suspender a execução de decisões dos TRTs (Medida Provisória nº 190, de 31.05.90) e (c) conside-

rar nulo acordo ou convenção que estabeleça reposição salarial diferente da estipulada pelo Governo (Medida Provisória nº 193, de 25.06.90). Veja-se que a política não é enfrentar os sindicatos para desmobilizá-los e enfraquecê-los quando das negociações, como fez Thatcher, mas simplesmente proibir a livre negociação e impedir legalmente reajustes superiores a determinado teto — política certamente mais próxima da Itália dos anos 30 que da Inglaterra dos anos 80. A política salarial é outra, bem como a teoria econômica que a referenda e a ideologia que a justifica.

A redefinição do intervencionismo: a impotência da cópia

Outro aspecto levantado pelo neoliberalismo no Primeiro Mundo, e que vem à liça no caso brasileiro, é o fim dos nacionalismos e do Estado como gestor de empresas consideradas de "interesse público". Privatizações e fim às barreiras ao comércio internacional propõem-se como formas de contrapor-se ao "estatismo" e ao "nacionalismo" retrógrados. Nesse ponto a questão é mais complexa, pois existe uma semelhança formal entre os dois contextos que merece ser explorada. Não obstante, é preciso deixar bem claro, desde o início, que não existe o "intervencionismo em geral", mas formas concretas e históricas de participação governamental na economia — **regra, e não exceção** no mundo capitalista. **Desvendar as formas** significa reproduzi-las mediadas pelo pensamento, ou seja, um passo da análise científica.

Nesse sentido, o neoliberalismo do Primeiro Mundo propôs-se a combater algo que nunca existiu no Brasil (com a possível exceção, e com boa vontade, do epílogo do Segundo Governo de Vargas): um intervencionismo trabalhista e/ou social-democrata, entendido como prenúncio de socialismo gradualista, visando frear a exploração do trabalho privado e criar infra-estrutura para o Estado do bem-estar social. Certo ou errado como estratégia, no contexto europeu estatizaram-se serviços básicos de estrutura (energia, comunicações) e sociais (saúde, educação, previdência); serviços que já existiam na maioria das vezes, mas, no contexto do Pós-Guerra, entendia-se que, se privados, conspiravam contra a melhor distribuição da riqueza e da renda. Tratava-se, pois, de um intervencionismo ideológico e com lustros socializantes, proposto pelo e para o trabalho.

Não se faz necessário nenhum "détour" para perceber que, tanto aparente como essencialmente, esse pouco se parece com o intervencionismo brasileiro. Conquanto já tenha explorado tal questão em outros

trabalhos,¹ bem como não se constitui novidade na literatura, vale recordar alguns de seus traços mais definidores.

Associo o intervencionismo estatal do Brasil, de 1930 ao final da década de 70, à própria lógica do modelo substitutivo de importações. As várias formas e ideologias às quais o intervencionismo se associou ao longo destes 50 anos (corporativismo estado-novista, populismo trabalhista, desenvolvimentismo burocrático-militar) possuem uma característica comum: construir o parque industrial nacional, no que o Estado participou como produtor direto, instrumento de antecipação de demanda, ordenador do mercado de trabalho e controlador, agilizador e centralizador do financiamento. O Estado delimitava áreas de influência entre as diversas frações de capital (nacional, estrangeiro, de base, financeiro, etc.) e procurava adestrar o mercado de trabalho para que se comportasse funcionalmente à acumulação, não só contendo as demandas trabalhistas como arbitrando-as, com a presença maior ou menor e atribuindo funções específicas, em cada conjuntura, para cada um de seus três poderes.

Ao longo destas cinco décadas, o próprio "nacionalismo" tomou várias formas ("redescoberta" do Brasil, sob a égide do "pensamento autoritário" no pós 30, ufanismo moralista no Estado Novo, nacional-desenvolvimentismo no Segundo Governo Vargas, novamente ufanista com Médici). Qualquer um deles difere como proposta do contexto europeu. Tratava-se, via de regra, no Brasil, de "nacionalismos" que não encampavam bandeiras em si socializantes ou antiimperialistas, e, sim, vinculados à expansão capitalista industrial, desde a substituição de importações de bens de consumo nas primeiras décadas após 1930 até a conclusão do Departamento I e da substituição de bens intermediários no II PND (Geisel). Ao longo desse processo, o Estado, o intervencionismo e o nacionalismo conviveram muito bem com a expansão capitalista, e as propostas liberais vinculavam-se essencialmente aos interesses agrários (como no Partido Libertador do Rio Grande do Sul) ou ao moralismo antipopulista (como é o caso da UDN, quando de oposição, antes de 1964; ao assumir com os militares o Governo após este ano, nada restou de seu liberalismo, tanto econômico como político).

Dentro dessa linha de raciocínio, considero que as críticas ao intervencionismo, as quais surgiram já no início dos anos 70, lideradas pela revista **Visão**, mas depois respaldadas por outros órgãos de

¹ Ver ANÁLISE CONJUNTURAL (1988). Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo, Brasiliense, v.16, n.12, set. p.78-83.

imprensa, intelectuais, políticos e associações civis, possuem razões bem precisas para sua difusão e — diria — sucesso. Iniciaram como rebeldia isolada de alguns segmentos do capital contra a hegemonia burocrático-militar no grupo dirigente (Maksoud, Magalhães Pinto), mas encontraram campo fértil com o anúncio do II PND. Só então e ainda de forma assaz tímida, a crítica encontrou algum eco no meio empresarial, mas nem de longe sensibilizou seus principais dirigentes, e nenhuma federação de indústria estadual a assumia em seus pronunciamentos. Foi após o Governo Geisel, com a conclusão da etapa substitutiva e a crise da ditadura militar, concomitantes à exaustão do Estado e de suas finanças, que surgiram com vigor propostas privatistas e defensores da abertura econômica ao Exterior. "Neoliberalismo"? Formalmente e com boa vontade sim, mas essencialmente diferente do europeu: menos ideológico e mais pragmático, pois emerge pela absoluta incapacidade de o Estado continuar beneficiando, das formas mais diversas, frações do capital específicas e — o que considero mais importante — sem razão de ser pela própria conclusão da etapa substitutiva. Assim, o que era consensual e desejável passa a ser antifuncional; o financiamento estatal, agora escasso, diante da impossibilidade de generalizá-lo, passou a ser considerado privilégio; subsídios identificam-se com nepotismo e falcatruas; incentivos fiscais, como roubo dos mais descarados.

A diferença de origem do intervencionismo brasileiro e do Primeiro Mundo possibilitou antíteses diferentes em cada um dos casos: no último, o neoliberalismo opõe-se ao socialismo e ao movimento trabalhista; no Brasil, o capital rebela-se contra algo que ele propiciou, pois se trata de um intervencionismo excludente do ponto de vista social, cuja configuração, por suas linhas mais nítidas, convencionou-se chamar sumariamente de "privatização do Estado". Essa é, aliás, a sua contradição, da qual o Governo Collor é expressão visível. A retórica liberal esbarra, cada vez que ameaça sair do papel, em interesses corporativos tanto da burocracia como do meio empresarial. Neste, a defesa de teses liberais também se restringe, na maior parte das vezes, a discurso: o Estado está falido, mas sua saída pura e simples da atividade econômica acaba afetando a taxa de lucro dos mais diversos setores.

As diversas fontes de energia subsidiadas são apenas um exemplo, no qual "preços realistas", capazes de cobrir não apenas custos correntes, mas resguardar um "plus" para investimentos, como aconteceria se as estatais do setor fossem privadas, são recebidos, via de regra, com desconfiança no meio empresarial. O mesmo acontece com cada setor onde se ameaça diminuir alíquota na importação de similares. A integração latino-americana, tão apoiada pelos

"neoliberais" inspirados na experiência européia, não consegue ultrapassar simples cartas de intenções: não há prazos nem metas prefixadas, e acordos vagos merecem apoio enquanto continuam fluidos; cada proposta de integração concreta encontra barreiras intransponíveis. Tão intransponíveis que o próprio Governo Federal nada conseguiu até agora privatizar nem abrir ao Exterior, afora a importação de bens de consumo e de bugigangas, cuja motivação maior de política econômica foi baixar a inflação, mas desvinculada de quaisquer propostas de longo prazo. Tanto é que ficaram fora os setores pesados, de bens de capital e de fronteira tecnológica – que continuam tão resguardados da concorrência externa quanto antes, apesar de todo o esforço da Ministra no sentido de denunciar os oligopólios... E, afinal, quando se pensa, à luz da teoria sociológica, que nenhum discurso se mantém sem um mínimo de ações que convençam os ouvintes de sua aplicabilidade, somos surpreendidos por subsídios ao setor açucareiro no mesmo momento em que a falência do Estado ameaça ser pretexto para privatização da previdência social e das universidades públicas.

Pode-se, assim, concluir: o modelo substitutivo acabou ao se completar o parque industrial e, com ele, seu arcabouço institucional, colocando em xeque a funcionalidade de suas regras de política econômica (subsídios, reservas de mercado, "nacionalismo", etc.), se não por isso, pela própria exaustão do Estado que o sustentou. O "neoliberalismo" poderia ser a expressão desse novo, mas esbarra nos interesses mais imediatos, exatamente dos que, se presume, seriam seus beneficiários de longo prazo e, portanto, defensores ideológicos. O discurso "neoliberal", nesse aspecto, tem sua razão de ser, mas é impedido materialmente de deixar de ser potência para se transformar em ato. Por isso, na maior parte das vezes, soa como mera expressão do conservadorismo, quando de fato seu discurso propõe o novo. **Não consegue, portanto, transformar-se em projeto**, delimitar propostas e estabelecer metas, organizar os grupos sociais que serão seus agentes, firmar uma correlação de forças políticas que o sustente, convencer ganhadores e perdedores potenciais que possuem objetivos comuns, visando a sua legitimidade. O "neoliberalismo retórico" esconde, na verdade, a ausência de projeto das elites para a sociedade brasileira.

Tecnologia, programação flexível e "modernidade"

A consciência da conclusão da longa etapa substitutiva de importações pelos economistas tem-nos levado, com raras vozes discordantes,

a entender que nova recuperação cíclica se vinculará, necessariamente, à maior abertura ao Exterior. Embora, ainda, quase todas concordem que tais mudanças deverão ser acompanhadas por reformas estruturais na máquina estatal, há propostas divergentes no que tange a seus contornos. A retórica "neoliberal" propugna a saída pura e simples do Estado em questões econômicas, mas, de fato, o que está em pauta é o tipo de Estado, seus instrumentos e formas de atuação, os quais deverão substituir os construídos no ciclo ultrapassado. Precisaréi, a seguir, por quê.

O ocaso da etapa substitutiva trouxe a lume uma variável que não esteve ausente nas grandes construções do pensamento econômico, como as de Smith, Ricardo, Malthus, Marx e Schumpeter: a tecnologia. Nestas, o progresso tecnológico associa-se, via de regra, à lógica da expansão capitalista, e os autores ressaem-no seja para evitar a estagnação, seja para fazer frente ao crescimento demográfico desmedido e à fome por ele ocasionada, ou ainda para se contrapor à tendência à queda de taxa de lucro ou para empolgar nova expansão cíclica.

Mas a indiscutível relevância da tecnologia, presente na obra dos grandes mestres, não ocorre ao se voltar os olhos à economia brasileira ao longo do período substitutivo de importações. A opção governamental pelo mercado interno repunha, em cada conjuntura, a crise no balanço de pagamentos, aguçada na década final do processo (de 1960 a 1970) pelo endividamento externo e pelas crises do petróleo. A escassez de divisas criava ambiente propício à substituição de importações, mas dificultava a aquisição de bens de capital e a absorção tecnológica. A tecnologia não era, por assim dizer, a base sob a qual repousava a dinâmica do sistema econômico — o que, a meu ver, demonstra muito mais a fragilidade do capitalismo local que a recorrência a outras variáveis e indicadores.

O modelo substitutivo impunha, em sua lógica, construir e completar o parque industrial — fosse qual fosse sua tecnologia. Por isso, barreiras, subsídios, tarifas e Estado com certo grau (alto) de centralização. Completado o parque industrial, verifica-se que a tecnologia não é em si um departamento (I, II ou III "à la" Kalecki), mas paira sobre todos eles, alterando processos produtivos em todos os setores da produção. E o próprio ato de assegurar a existência do parque industrial implica que este se estenda a novos ramos de ponta, recicle suas técnicas produtivas — enfim, avance para nova expansão cíclica liderada pela adoção de tecnologias de fronteira no resto do Mundo. A desindustrialização, tal como vem ocorrendo na Argentina, é a ameaça mais concreta e visível para a economia brasileira nesta década.

O Projeto de Reconstrução Nacional divulgado pelo Governo parece concordar, em boa medida, com esse diagnóstico, sendo que a "modernização industrial" é uma de suas propostas mais louváveis e oportunas. Às vezes, pode-se confundí-las com neoliberalismo, por suas semelhanças formais com este — fim ao arcabouço industrial e do tipo de Estado vigente no modelo substitutivo, propondo maior "liberalização" rumo à "modernidade" —, quando, na verdade, se trata de diagnóstico de economistas dos mais diversos matizes.

O Governo, portanto, encampa algo que ecoa com diferentes formas e matizes nos mais diferentes segmentos da sociedade, **mas demonstra invulgar incapacidade de transformar tais ecos em projeto consistente.** Além dos problemas políticos e das resistências já mencionadas anteriormente, gostaria de salientar outro de extrema relevância: a **difficuldade de romper-se com o fordismo e o taylorismo num quadro de extrema desigualdade social.**

Vale lembrar, no paralelo que vimos mantendo ao comparar a situação brasileira com a emergência do neoliberalismo no Primeiro Mundo, que neste o aumento de produtividade encampado encontra, diante de si, uma mão-de-obra qualificada, com altos índices de educação e saúde. Tal mão-de-obra apresenta-se com razoável grau de aptidão para se moldar às novas exigências das técnicas produtivas, as quais transformam o trabalhador em sujeito ativo e não apenas em engrenagem de linhas de produção. As novas técnicas de recursos humanos exigidas pelas empresas capitalistas superam o trabalhador desqualificado das antigas linhas de montagem, pois agora está em jogo sua própria capacidade de produção (e, muitas vezes, de criação). Atrair capitais por ter mão-de-obra mal paga, submissa e desqualificada, como o Brasil procedeu ao longo do modelo substitutivo, perdeu seu sentido com os novos métodos de programação flexível, com a programação microeletrônica e informatizada. O fator de atração tornou-se, agora, de repulsão.

Enquanto no Primeiro Mundo a mão-de-obra adequada às novas técnicas existe, em boa medida pela herança das "perdulárias concessões" sociais-democratas e do crescimento sustentado da "Era keynesiana", no Brasil, como de resto em praticamente toda a América Latina, inexistente. O fordismo e o taylorismo "periféricos", para usar a expressão da moda altamente oportuna, desqualificaram a mão-de-obra, mas repuseram a exclusão social. Por isso, um projeto consistente de "modernidade" e de ingresso aos novos tempos, para expansão do próprio capital, só é **possível com algum grau de distribuição de renda e de melhoria do padrão educacional**, o que deve ser modificado. A menos que se prefira morar num mundo de sonhos, é plausível supor que tais pré-requisitos

não serão alcançados pela simples liberalização de todos os mercados — e considero que este é um dos principais empecilhos para que o "neoliberalismo" local seja agente concreto da "modernidade"; seja por propor, em consonância à sua filosofia, o afastamento do Estado da economia (problema contornável, à luz da experiência histórica, mas que, se negado, deixaria de ser "neoliberalismo"); seja pela própria base de sustentação do atual Governo, com predominância do arquiconservadorismo tanto no Congresso como na sociedade civil, a qual impede que se vislumbre um plano efetivo de distribuição de renda e de prioridade à educação pelo atual Governo. Ao contrário, nas oportunidades nas quais se manifestou nessas duas áreas, o resultado foi desolador. Com exceção do plano de alfabetização em massa — sempre presente em todos os governos após sua posse —, o Governo tem tomado medidas que, ao contrário, reatualizam e até majoram velhos problemas: leis salariais intervencionistas rígidas e contencionistas, corte de verbas para as áreas sociais, privatização do ensino público, etc. Entendo, portanto, que hoje se repõem, atualizadas, as velhas barreiras limitantes do liberalismo no Brasil, desde o Império: a excludência, a profunda disparidade na distribuição de renda e no acesso à propriedade. É certo que, em sua origem, o liberalismo possessivo se arquitetou como uma democracia de e para proprietários, formalmente iguais, e que precisou de várias adaptações e reformulações para reconhecer, em seu bojo, a "questão social" e a universalidade do voto, ou seja, ser estendido aos não-proprietários. Não obstante, no caso brasileiro atual, a situação é mais grave, não se tratando, a rigor, nem de idéias "fora do lugar" nem de adaptações "normais" e "historicamente esperadas" pelo fato de um ideário tomar corpo num contexto diverso do que lhe deu origem. Trata-se da própria impotência dessa ideologia para dar seu "salto mortal" rumo a sua realização.

Conclusão

Ao longo do texto, procurei mostrar, mesmo que sumariamente, dado o próprio escopo do trabalho, que a aliança entre "neoliberalismo" e Governo Collor deve ser vista com reservas. Para tanto, recorri a uma trajetória que percorreu três pontos: a) o mercado de trabalho e a livre negociação; b) a liberalização da economia e as privatizações; e c) os novos processos de produção e a tecnologia. Nos três, as conclusões apontam para uma mesma direção: num primeiro momento, trata-se de uma retórica liberal, mas emoldurada por práticas intervencionistas. Entretanto, num segundo momento, descortina-se que nem mesmo tal interpretação é consistente, seja pelos conflitos da própria retórica,

que em vários momentos, se choca com o "neoliberalismo", seja pela incapacidade de se levar adiante propostas nesse sentido — mesmo que assim fossem o discurso e o desejo subjetivo de membros influentes do Governo, ou mesmo da equipe econômica em seu conjunto.

Procurei, no correr da exposição, mostrar que as diferenças entre o contexto em que o "neoliberalismo" emergiu, tomando como exemplos Inglaterra e Estados Unidos, com relação ao contexto brasileiro atual, possuem um peso maior do que usualmente se atribui para explicar o porque de sua **impotência**: nem precondições mínimas para o "neoliberalismo" existem no País, nem a "cópia" encontra sustentação para se efetivar como projeto. Enfoquei a questão, portanto, por dois ângulos: a problemática do "neoliberalismo", enquanto tal, e o Governo Collor como sua expressão. Arguentei que há razões circunscritas ao próprio Governo Collor que o afastam do neoliberalismo, mas, mais que isso, que tal afastamento transcende ao próprio Governo, pois estão vinculadas a elementos constitutivos do próprio "neoliberalismo" e de sua inserção no contexto brasileiro.

Poder-se-ia perguntar, em estudo paralelo, que razões levam, então, ao relativo sucesso das idéias "neoliberais" em nosso meio. No caso que aqui tratei — enfocando basicamente o Governo Collor —, quer-me parecer que, se projeto, o neoliberalismo expressaria **certa racionalidade**, já que um projeto é um devir que concatena e hierarquiza, em seu bojo, propostas de escolha e de administração para as áreas mais diversas (não é só para a economia, mas para a educação, a saúde, as leis, a previdência social, a cultura, etc.). No Brasil, ao contrário, sua incapacidade de se transformar em projeto, ou mesmo em simples regras de política econômica, faz emergir, sempre quando lembrada, certa face irracional. Assim, assume ares às vezes populistas e demagógicos (caça "marajás", prende empresários), às vezes autoritários e elitistas.

Irracional, certamente, como projeto, mas não como política eficaz para determinados fins em contextos específicos, encontra eco na atual crise do setor público, paralela à do próprio estilo e padrão de industrialização do País, **representando mais o vácuo aberto com o fim da etapa substitutiva** que expressão de um novo projeto. Significa **ausência e não presença**, ou sua presença (escassa) simboliza a própria ausência.

Nesse sentido, recolhe do ambiente sócio-econômico propostas muitas vezes oportunas e defensáveis e transforma-as em "slogans"; na prática política, assume ares messiânicos e populistas, encontrando campo fértil não só por expressar dimensões de racionalidade, mas tam-

bém pela ausência, por parte de seus opositores, de outro projeto consistente que lhe faça oposição e que se apresente como alternativa viável ao conjunto da sociedade (ou a alguns de seus segmentos mais representativos).

Vale transcrever, por isso, as seguintes palavras de Sérgio Paulo Rouanet, hoje membro da própria equipe do Governo, extraídas de **As Razões do Iluminismo**: "O irracionalismo é oportunista, parasitário: ele captura certas tendências em voga que nada têm de irracionais, e as utiliza para seus próprios fins".

Bibliografia

ANÁLISE CONJUNTURAL (1988). Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo, Brasiliense, v.16, n.12, set. p.78-83.